

CAPÍTULO 3

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO DE UM MUNICÍPIO PAULISTA COMO SUBSÍDIOS PARA A REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI 13.415/2017)

Data de submissão: 12/03/2023

Data de aceite: 02/05/2023

Tatiane Vasconcellos dos Santos

UNESP “Júlio de Mesquita Filho” —
Faculdade de Filosofia e Ciências
Marília — São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/9107283281910007>
<https://orcid.org/0009-0006-7937-4903>

Vanessa de Souza Gomes

UNESP “Júlio de Mesquita Filho” —
Faculdade de Filosofia e Ciências
Marília — São Paulo
<https://orcid.org/0000-0001-7136-2808>

Claudia Pereira de Pádua Sabia

UNESP “Júlio de Mesquita Filho” —
Faculdade de Filosofia e Ciências.
Professora Assistente do Departamento
de Administração e Supervisão Escolar
(DASE)
Marília — São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/6537653618652935>
<https://orcid.org/0000-0001-8173-6420>.

para a implementação da Reforma do Ensino Médio (EM), a Lei n.º 13.415/2017. A pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem qualitativa. A metodologia utilizada foi as pesquisas bibliográfica e documental. Consideramos como insatisfatória as condições de trabalho dos professores, pois 53% possuem contrato temporário, sobrecarga de trabalho de 75% dos professores que possuem entre 50 e 400 ou mais alunos em várias escolas e turnos de trabalho, alta rotatividade de professores nas escolas (72% em torno de dois anos apenas na mesma escola), entre outros aspectos. Destacamos que a Reforma do Ensino Médio com a reorganização curricular sem considerar as condições de trabalho dos professores são insuficientes para a melhoria da qualidade, além de caminhar exatamente da direção oposta pois conforme aponta os autores Mota e Frigotto (2017), Ferreti (2018), Krawczyk e Zan (2022), aprofunda as desigualdades educacionais e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Condições de Trabalho dos Professores; Reforma do Ensino Médio; Escolas Públicas Estaduais.

RESUMO: O Ensino Médio (EM) tornou-se alvo frequente das reformas educacionais nas últimas décadas. O objetivo do estudo é identificar as condições de trabalho dos professores nas escolas públicas estaduais de um município do interior do estado de São Paulo como subsídios

THE WORKING CONDITIONS OF TEACHERS IN PUBLIC HIGH SCHOOLS IN A SÃO PAULO STATE MUNICIPALITY AS SUBSIDIES FOR THE HIGH SCHOOL REFORM (LAW 13.415/2017)

ABSTRACT: High School (HS) has become a frequent target of educational reforms in recent decades. The aim of the study is to identify the working conditions of teachers in state public schools in a municipality in the interior of the state of São Paulo as subsidies for the implementation of the High School Reform (HS), Law No. 13.415/2017. The research was developed in a qualitative approach. The methodology used was bibliographic and documentary research. We consider as unsatisfactory the working conditions of teachers, since 53% have temporary contracts, work overload of 75% of teachers who have between 50 and 400 or more students in several schools and work shifts, high turnover of teachers in schools (72% around two years only in the same school), among other aspects. We emphasize that the High School Reform with the curricular reorganization without considering the teachers' working conditions is insufficient to improve quality, besides going in exactly the opposite direction because, as pointed by the authors Mota and Frigotto (2017), Ferreti (2018), Krawczyk and Zan (2022), it deepens educational and social inequalities.

KEYWORDS: Teacher's working conditions; High School Reform; State Public Schools.

1 | INTRODUÇÃO

A luta por uma educação de qualidade continua assídua, ainda estamos caminhando para encontrar soluções efetivas que possam proporcionar aos estudantes brasileiros de forma equitativa, uma escola que abrace as suas especificidades e ainda ofereça uma formação humana e integral. Nesta caminhada, há várias barreiras que influenciam direta e indiretamente para que o direito à educação dos brasileiros seja efetivado, sendo elas: falta de políticas públicas que olhem para as minorias, baixo investimento por aluno, políticas de financiamento, currículo, condições inadequadas de infraestrutura e condições de trabalho dos professores.

O presente artigo é decorrência de uma iniciação científica que teve como objetivo identificar e avaliar quais são as condições estruturais apresentadas nas escolas públicas estaduais no município de Marília para receber a implementação da Reforma do Ensino Médio (EM), Lei n.º 13.415/2017. Neste estudo apresentamos a segunda parte da pesquisa que contempla as condições de trabalho dos professores desta etapa de ensino no município de Marília. A primeira parte contemplou a infraestrutura das 18 escolas que oferecem Ensino Médio no município estudado.

Recorremos a Krawczyk (2014) que avalia a situação de crise do Ensino Médio. Para a autora citada,

para se compreender o que acontece no ensino médio é acompanhar o que têm feito as secretarias estaduais de Educação, órgãos que, efetivamente, operam esse nível de ensino. Nelas, o que se observa é que um setor do empresariado assumiu lugar privilegiado na definição de políticas educativas. Naturalmente, isso não impede a presença de tensões e conflitos, contradições

nas políticas implementadas e, principalmente, na sua concretização no âmbito escolar (KRAWCZYK, 2014, p.25)

Neste contexto apresentado esta etapa de ensino tornou-se alvo frequente das reformas educacionais que vêm trazendo consequências desfavoráveis aos jovens brasileiros. Krawczyk (2014, p.226) afirma também que na busca pela flexibilização da oferta educacional e pela eficiência do sistema educacional, “coexistem a “velha” escola média e novas modalidades de ensino, com diferentes formatos (inclusive no interior de cada modalidade)”.

A mais recente reforma educacional no Ensino Médio, foi a Lei 13.415/2017, assinada em fevereiro de 2017 pelo Presidente Michel Temer e denominada de Reforma do Ensino Médio. Ferretti (2018) informa o objetivo pretendido e os motivos alegados para alteração.

De acordo com a Lei 13.415, a reforma curricular tem por objetivo tornar o currículo mais flexível, para, dessa forma, melhor atender os interesses dos alunos do Ensino Médio. Apoiar-se, para tal, em duas justificativas: • a baixa qualidade do Ensino Médio ofertado no país; • a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos índices de abandono e de reprovação. Como indicam os índices publicados na grande mídia, é correta a avaliação feita pela Lei a respeito da baixa qualidade do Ensino Médio (problema que, no país, não se restringe a essa etapa da educação básica e vem se arrastando por longo tempo). Todavia, a segunda justificativa, que se apresenta com uma forma de resposta à primeira, é equivocada por atribuir o abandono e a reprovação basicamente à organização curricular, **sem considerar os demais aspectos envolvidos: • infraestrutura inadequada das escolas (laboratórios, bibliotecas, espaços para EF e atividades culturais) carreira dos professores, incluindo salários, formas de contratação, não vinculação desses a uma única escola;** • ignora-se, também, que o afastamento de muitos jovens da escola e particularmente do Ensino Médio pode decorrer da necessidade de contribuir para a renda familiar, além de, premiados pelos constantes apelos da mídia e, por extensão, de integrantes dos grupos a que pertencem, buscarem recursos para satisfazer necessidades próprias à sua idade e convivência social. (FERRETTI, 2018, p.26-27, grifo nosso)

Portanto, reiteramos a necessidade de considerar os demais aspectos envolvidos para a busca da qualidade de ensino do Ensino Médio, além da reorganização curricular. Na sequência apresentamos a metodologia utilizada, a análise dos dados obtidos e as considerações finais.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem qualitativa. A metodologia utilizada foi as pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e seleção dos repositórios (SciELO) e (BDTD). A pesquisa documental utilizou dados disponíveis no Painel Educacional Municipal de Marília (2019) e na Sinopse Estatística da Educação Básica (2021) do INEP.

Os dados foram obtidos das condições de trabalho dos professores de 18 escolas

públicas estaduais de EM, da região urbana do município de Marília, no interior do Estado de São Paulo. Conforme os dados do IBGE, esta cidade contém uma população aproximadamente de 242.249 pessoas, com uma área territorial de 1.170,515 km² (IBGE, 2021).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos alguns indicadores sobre as condições de trabalho dos professores da Rede Estadual Paulista que são os responsáveis pela oferta do EM que consideramos fundamentais para a viabilização dos objetivos pretendidos pela Reforma dessa etapa de ensino.

As transformações nas áreas educacionais, que refletem no trabalho do professor, se modificam mais e mais a cada dia, deixando cada vez maior a complexidade da realização dessa função. Surgem novas tensões frente às próximas incertezas pela frente (SPAZZIANI, 2016). Pensando nisso, as condições de trabalho do docente também devem ser consideradas para implementação da Reforma do EM para ocorrer a alavancagem do aprendizado do aluno.

Atualmente, os professores se encontram em uma situação, onde precisam manter o mínimo de comprometimento para ter uma dedicação profissional, e paralelamente, acabam por receber o dever de ser adaptável ao resultado das condições do trabalho em desenvolvimento e do contexto político.

Dada a centralidade que ocupam os professores no processo educativo, qualquer proposta de mudança no contexto educacional tem implicações diretas ou indiretas no trabalho docente. Da mesma forma, podemos considerar que as mudanças que afetam a docência também podem ter repercussão direta sobre os processos de aprendizagem. Apesar disso, muitas reformas são realizadas sem qualquer discussão com os docentes e, embora várias delas insistam em seus discursos no protagonismo dos professores nos processos de mudança, não passam de retórica. (OLIVEIRA; JUNIOR, 2016, p. 854)

Qualquer que seja a mudança feita na educação, afeta no trabalho do professor, que por diversas vezes acabam se desgastando física e mentalmente para conseguir obter um resultado significativo nos alunos. Os docentes são convocados a reagir e se adaptar às condições impostas, independente de que tenham uma opinião contrária ao assunto ou de sua qualidade profissional.

A qualidade da docência é determinada não só pela “qualidade” dos professores — embora esta seja claramente fundamental —, mas também pelo ambiente em que esses profissionais atuam. Professores capazes talvez não atinjam seu potencial em contextos que não ofereçam apoio adequado ou desafios, assim como recompensas suficientes. (OCDE, 2006, p. 10)

Diariamente têm-se preocupações múltiplas, como obter o êxito escolar de todos os alunos, superlotação de sala (OCDE, 2006), planejamento dos conteúdos a ser expostos,

maneiras de lidar com os problemas sociais que as crianças enfrentam, baixa remuneração (PIOLLI; RODRIGUES, 2017), direção autoritária, bem como dificuldades de sua vida particular, causando um alto nível de estresse e pressão. “São inúmeras e variadas as dificuldades com que os docentes se deparam para responder de forma satisfatória às expectativas depositadas no seu trabalho” (SPAZZIANI, 2016, p. 71).

Raramente as condições de trabalho docente são colocadas como fundamental para a melhoria da qualidade da educação, por isso buscamos dados sobre as escolas e os docentes que atuam nela, para melhor compreensão destas condições. Em seguida, apontaremos elementos pesquisados no Painel Educacional Municipal de Marília (2019) e na Sinopse Estatística da Educação Básica (2021) com informações sobre as instituições presentes na cidade, as matrículas dos alunos, bem como as condições do trabalho dos professores.

A partir da análise feita através do Painel Educacional Municipal, em relação ao que diz respeito ao EM no município de Marília, têm-se os seguintes dados: 22 escolas da Rede Estadual presentes no município (REM), sendo 18 na zona urbana, 2 localizadas nos distritos de Lácio e Padre Nóbrega e 2 na zona rural. Sendo elas as seguintes instituições:

Conforme a Sinopse Estatística (2019) o número total de matrículas em 2019 foi 5.144, sendo destas, 86 matrículas de estudantes de inclusão e 782 matrículas no que se refere ao tempo integral. Temos 8 escolas sem nenhuma matrícula integral, 8 escolas que possuem até 5% das matrículas em tempo integral, 1 escola com até 20%, e 5 escolas com mais de 70% das matrículas em tempo integral. Destacamos que entre os anos de 2017 e 2019, houve uma redução de 1.521 matrículas nesta etapa de ensino, representando 29,56% a menos no EM em apenas dois anos.

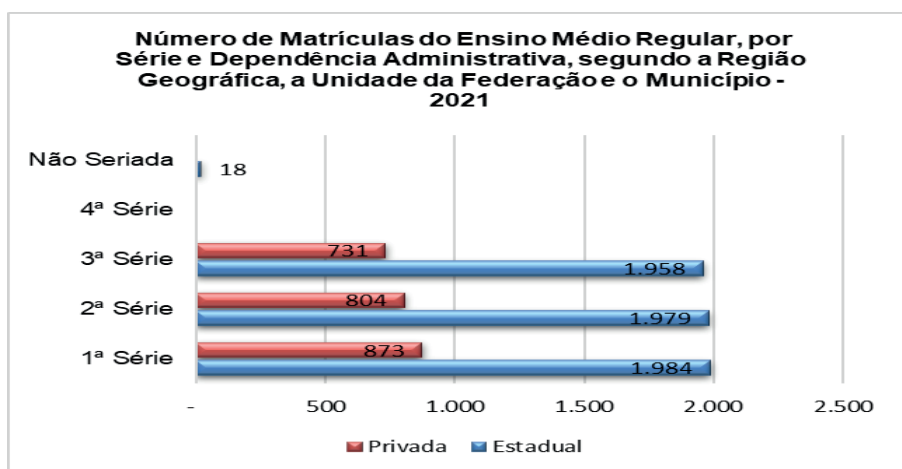


Gráfico 1

Fonte: Elaboração própria com base na Sinopse Estatística da Educação Básica 2021

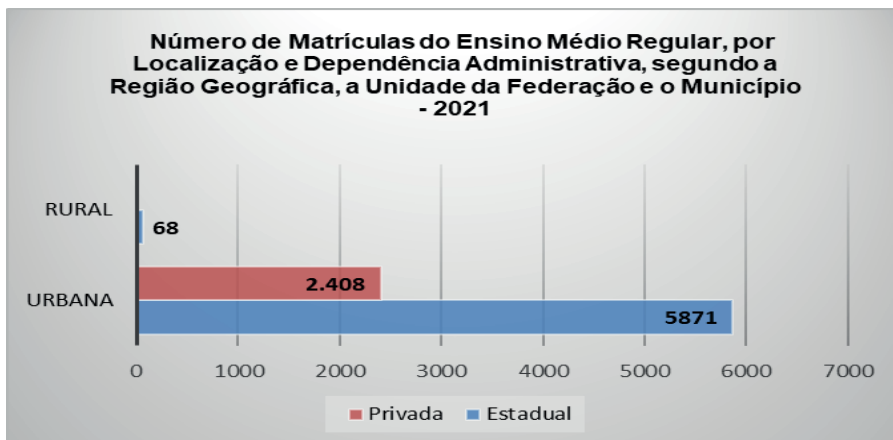


Gráfico 2

Fonte: Elaboração própria com base na Sinopse Estatística da Educação Básica 2021

No gráfico 1 e 2, conforme a Sinopse Estatística (2021), o total de matrículas nesta etapa da Educação Básica no ano de 2021 é de 8.347. Sendo 5.939 matrículas em escolas públicas e 2.408 em escolas privadas, ou seja, 59,45% das matrículas são oferecidas pelo setor público e 40,55% pelo setor privado.

Nas escolas de EM das Redes Públicas e Privadas do município de Marília, a média de alunos varia entre 27 e 30 por turma — acarretando uma sobrecarga aos professores com, por exemplo, quanto mais alunos, maior a quantidade de provas e atividades para correção, — contendo o município de Marília 186 turmas do EM, com 177 concentradas na zona urbana e 9 na zona rural). O percentual de estudantes, em um determinado ano/série, com dois anos ou mais acima da idade recomendada para a etapa, é de mais ou menos 4% a 6% (BRASIL, 2021).

O tempo de trabalho dos professores é bastante superior ao tempo oficial que sua jornada de trabalho compreende, o que significa que grande parte do tempo destinado ao trabalho extraclasse não é remunerado, embora sirva para a realização de atividades essenciais para atuação dos professores junto aos alunos. Destacou-se, ainda, que os professores que participaram da pesquisa têm ampliado suas jornadas de trabalho para compensar os baixos salários recebidos, o que se soma ainda ao aumento da demanda de trabalho e à desvalorização docente, conforme relatado pelos professores. (BARBOSA *et al.*, 2021, p. 1.)

Analisando o Nível Socioeconômico (INSE) das escolas (BRASIL, 2019), o nível I das escolas possui o nível socioeconômico mais baixo, enquanto o nível VIII as escolas de nível socioeconômico mais alto. Temos como resultado em relação ao EM da Redes Estadual no município de Marília, instituições escolares presentes apenas no nível IV, V e VI, sendo mais da metade no nível V, que representa os seguintes dados:

Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima da média

nacional do Inse. Considerando a maioria dos estudantes, a mãe/responsável tem o ensino médio completo ou ensino superior completo, o pai/responsável tem do ensino fundamental completo até o ensino superior completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupas, freezer, um carro, garagem, forno de micro-ondas. Parte dos estudantes deste nível passa a ter também dois banheiros. (BRASIL. 2019, p. 11)

Conforme Sinopse Estatística (2021), em relação à cor/raça dos alunos matriculados no EM neste município, o gráfico apresenta que há uma prevalência de alunos declarados brancos, seguidos dos de cor/raça parda, não declarado e amarelo, com um percentual baixo dos declarados pretos ou indígenas. Em sua grande maioria, há um número maior na quantidade de matrículas do sexo masculino.

Em relação à faixa etária dos professores e a sua formação, a Sinopse Estatística (2021) apresenta a prevalência de docentes são os da faixa etária de 30 a 49, com mais de 30%, sendo ainda os de sexo feminino em maior quantidade. Existem professores em faixas etárias diversas, entretanto, há somente 2,90% na faixa etária dos que possuem até 24 anos, ou seja, os que estão no início de sua carreira. É possível analisar que depois dos 49 anos, ocorre uma recaída na quantidade de profissionais das demais fases. Dentre estes 978 educadores do município de Marília, apenas 2% possuem doutorado, 8% mestrado, 16% especialização, 70% com licenciatura e 4% não informado.

No que diz respeito à complexidade de gestão escolar, mais de 80% das escolas possuem um porte entre 150 e 1000 matrículas, operando em 2 ou 3 turnos diários, com 2 ou 3 etapas, apresentando EM/Profissional ou a EJA como etapa mais elevada (INEP, 2019).

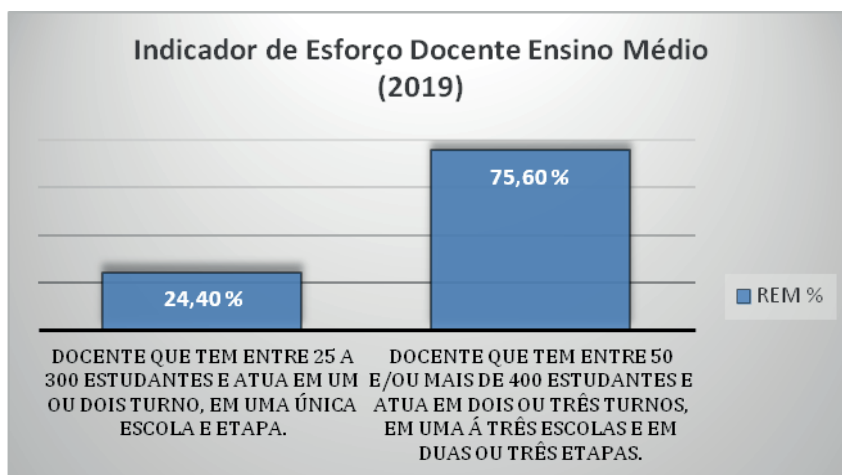


Gráfico 3

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no (INEP) Painel Educacional municipal 2019

As condições de trabalho nestas escolas do município de Marília, como mostra os dados do gráfico 3, indicam que mais de 75% dos docentes possuem entre 50 e 400 ou mais alunos, atuando em mais de uma instituição, turno e etapa. Sendo 40% das disciplinas, ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona e 50% por professores formados na mesma área da disciplina que ministra.

É necessário considerar que para compor a jornada de trabalho, os professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, assumem aulas em muitas salas e/ou turmas. Para compor uma jornada integral, com 32 horas semanais de trabalho em sala de aula, o professor de disciplinas com duas aulas semanais por turma deverá assumir aulas em dezesseis turmas diferentes e, em muitas situações, quando não é possível completar a jornada em uma mesma unidade escolar, em diferentes lugares. Se considerada uma média de 35 alunos por turma, haverá 560 alunos por professor, o que significa 560 sujeitos com os quais deverá interagir, 560 provas para corrigir, etc. (BARBOSA *et al.*, 2021, p. 10)

Dadas estas condições de trabalho, o tempo médio de permanência de professores em cada escola é extremamente baixo, de acordo com INEP, em um intervalo de 5 anos, 72% dos professores desta etapa apresentam rotatividade em torno de a cada 2 anos, dificultando assim o desenvolvimento da relação professor-aluno. A alta rotatividade de professores é apontada pelas autoras Sabia, Sordi e Oshiiwa (2021, p. 337) que apresentam que “este aspecto compromete o entendimento do professor sobre o contexto onde a escola está inserida e as demandas da comunidade escolar” e por Bauer, Cassetari e Oliveira (2017) que relatam o comprometimento do trabalho pedagógico e da aprendizagem dos alunos envolvidos.

De acordo com os dados coletados na Sinopse Estatística de 2021, a quantidade de docentes no EM estadual é de 978, estando incluídos os que atuam no EM propedêutico, curso técnico integrado e EM normal/magistério, não somando os de turmas de atividades complementares e AEE. Os números de professores são contabilizados somente uma vez.

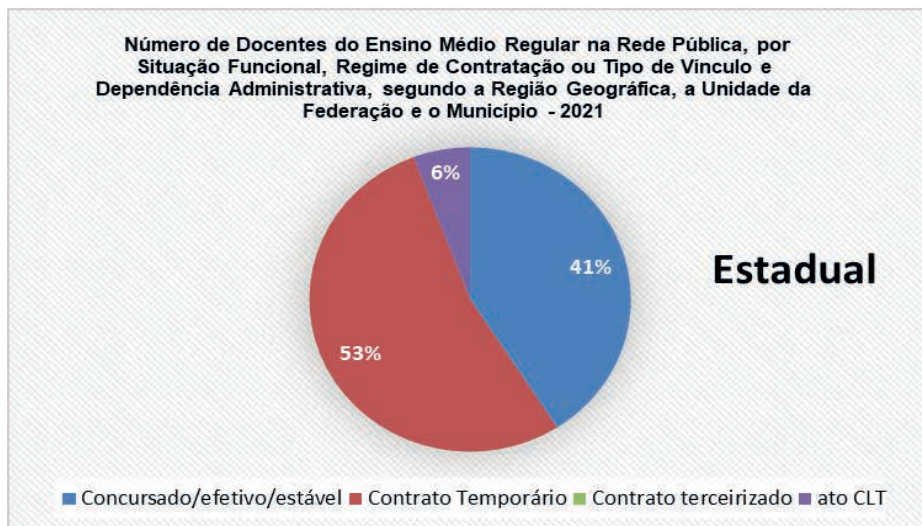


Gráfico 4

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na Sinopse Estatística da Educação Básica 2021

O tipo de vínculo dos profissionais da área da educação é de 53% contrato temporário, 41% concursado, efetivo ou estável, e 6% ato CLT. A maioria dos professores estão em contrato temporário, onde podem não estar recebendo férias, décimo terceiro, não tem direito a seguro desemprego, remuneração somente nos meses de aula, sendo mais baixa que o habitual, causando uma insegurança aos profissionais da educação que possuem menor remuneração que os demais e uma sobrecarga de trabalho pelo número de alunos que possuem em várias escolas e vários turnos. Apoiamos nos autores Sabia, Sordi e Oshiiwa (2021) e Barbosa et al. (2021) para explicitar estas questões.

A combinação destes aspectos abordados tais como: formação continuada insuficiente, **sobrecarga de trabalho, rotatividade do professor em várias escolas, percentual significativo de contrato temporário e a baixa remuneração dos professores evidenciam as condições objetivas insatisfatórias** nesta Diretoria estudada para o desenvolvimento do trabalho docente. Conforme apresentado, a aprovação da Emenda 95/2016 que congelou os gastos públicos por 20 anos, deve aprofundar a crise de financiamento no setor educacional e precarizar ainda mais as condições objetivas da escola pública. (SABIA; SORDI; OSHIIWA, 2021, p.345, grifo nosso)

Todos os entrevistados relataram usar mais tempo que o previsto em sua jornada de trabalho para realizar as tarefas extraclasse: preparar aulas, provas e atividades; corrigir provas e atividades; pesquisar e estudar temas a serem abordados em aula; preencher diários de classe, fichas, formulários etc. Todas essas atividades são intrínsecas e essenciais para a estruturação e organização didática da aula, importante condição para a aprendizagem dos estudantes. O trabalho em sala de aula entrelaça-se com a preparação prévia do professor e com as atividades posteriores de avaliação e retorno

aos alunos. Assim, o tempo de ensino integra o tempo de trabalho que, por sua vez, é difícil de ser quantificado, já que não é marcado exclusivamente pelo tempo marcado no relógio ou pelo toque do sinal que indica o início e o término da atividade. (BARBOSA et al., 2021, p, 11, grifo nosso.)

A desvalorização do trabalho do professor tem se agravado significativamente ao longo dos anos, bem como a desqualificação do profissional docente, e ainda assim, pouco se tem discutido acerca do problema, para possíveis soluções. A falta de atração ao docente e o descaso do poder público para com esses servidores, deixam ainda mais intensa a vontade, e necessidade desses trabalhadores em desistir. Várias pesquisas vêm apontando a precarização e desvalorização do trabalho docente.

(Barbosa et al., 2021) inclui o excesso de trabalho que extrapola o horário de jornada do professor, sendo o extraclasse não remunerado, colocando na balança os salários baixos, os docentes optam por dobrar a sua jornada, pois a maioria que possuem esse cargo, o tem como principal meio de sustento. Os autores consideram também que em relação às condições de trabalho docente, é necessário que tenhamos um olhar mais cauteloso na rotina das instituições escolares, onde os educadores têm trabalhado em excesso, em jornadas extensas e intensas que abusam do tempo regular de trabalho.

Pelo que pudemos apreender dos dados disponibilizados dos professores do EM do município estudado há insatisfatória condições de trabalho (53% com contrato temporário) que possui menor remuneração que os demais (sem férias, sem 13 salário, remuneração apenas nos meses de aula, entre outros aspectos relacionados), sobrecarga de trabalho (75% dos professores possuem entre 50 e 400 ou mais alunos) em várias escolas e turnos de trabalho, rotatividade alta de professores nas escolas (72% em torno de dois anos apenas na mesma escola). Diante deste contexto, entendemos que a Reforma do EM, com o objetivo de trazer qualidade para esta etapa de ensino, precisa atentar seriamente para as condições de trabalho dos docentes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou constatar quais são as condições de trabalho dos professores das 18 escolas públicas estaduais urbanas do Ensino Médio do município de Marília. Consideramos que alterar a organização curricular como a Reforma do EM propõe sem a disponibilização das condições estruturais (infraestrutura e condições de trabalho docente) não é suficiente para o avanço da qualidade nesta etapa de ensino, ao mesmo tempo que não oportuniza uma formação humana e emancipatória aos jovens. Araújo (2017) descreve o nosso entendimento.

Muitas vezes, chagados pelos desafios cotidianos de infraestrutura, formação ineficiente ou inexistente, baixos salários, pouca atratividade da carreira, sobrecarga de trabalho, o professor de Ensino Médio se sente desprestigiado, cansado e não raras vezes, parece habituar-se como ao papel de autômato, repetidor de tarefas mecânicas sem reflexão prévia. Assim, hegemonicamente

a carga horária do professor é voltada para a sala de aula. “Dar aula”, entendido quase unicamente como estar diante de uma classe, escrever no quadro, usar o livro didático, corrigir exercícios, cuidar das disciplinas, se torna a principal atribuição do professor na engrenagem funcional da escola. (ARAÚJO, 2017, p. 93)

Além das condições de trabalho dos professores do Ensino Médio insatisfatórias, consideramos que a Reforma do Ensino Médio caminha na direção oposta dos objetivos pretendidos pois conforme aponta os autores Mota e Frigotto (2017), Ferreti (2018), Krawczyk e Zan (2022), aprofunda ainda mais as desigualdades educacionais e sociais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. A. **As nossas estórias se encontraram: experiências de docentes do ensino médio: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação, 2017.

BARBOSA, A. *et al.* **Tempo de trabalho e de ensino: composição da jornada de trabalho dos professores paulistas.** Educação e Pesquisa., [s. l.], v. 47, p. 1 - 20, 26 jul. 2021.

BRASIL. INEP. **Painel Educacional Municipal.** 2019. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&NQU_ser=inepdata&NQP_assword=Inep2014&PortalPath=%2Fshared%2FPainel%20Educacional%2F_portal%2FPainel%20Municipal. Acesso em: 26/06/2022

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira.** Saeb 2019: indicador de nível socioeconômico do Saeb 2019: nota técnica. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Dropbox/PC/Downloads/Nota%20T%C3%A9cnica%20INSE%202019.pdf>. Acesso em: 11/03/2023

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1.996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. MEC.Presidência da República.Brasília.1996. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15/02/2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415/2017 de 13 de fevereiro de 2017.** Diário Oficial da União. Presidência da República. Brasília.2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm.Acesso em: 17/02/2022

BRASIL. INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Sinopse Estatística. Inep.2021. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas>. Acesso em: 15/02/2021.

BRASIL. **Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.CNE/CEB Diário Oficial da União, Brasília, 2018, Seção 1, pp. 21-24, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 02/02/2022.

FERRETTI, C.J. A Reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados.** São Paulo, v.32, n.93, p.25-42, 2018.

GOMES, V. S.; SABIA, C. P. P. **Avaliação da Infraestrutura das Escolas Públicas de Ensino Médio do município de Marília como subsídios para a Implementação da Lei 13.415/2017.** Colloquium Humanarum, v. 19, p. 176-200, 2022.

IBGE. **Cidade e Estados.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/marilia.html> acesso em: 15/02/2021.

KRAWCZYK, N. Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Educação & Sociedade.** Campinas, v. 35, n. 126, p.21-41, jan./mar. 2014.

KRAWCZYK, N. ZAN, D. (ORS.) **A reforma do ensino médio em São Paulo** [recurso eletrônico] : a continuidade do projeto neoliberal. 1. ed. - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2022.

KUENZER, A.Z. **O Ensino Médio no PNE 2011-2020: superando a década perdida?** Educação & Sociedade. Campinas, v. 31, n. 122, p.851-877, jul. - set. 2010.

MOTA, V.C; FRIGOTTO, G. **Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016(13.415/2017).** Educação & Sociedade. Campinas, v.38, nº.139, p.355-372m abr./junho, 2017.

OECD (2007). **Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes.** Editora Moderna Ltda., São Paulo, disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264065529-pt>. Acesso em: 24/05/2022

OLIVEIRA, D.A.; JUNIOR, E.A.P. **Indicadores do trabalho docente: múltiplas associações no contexto escolar.** Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 27, ed. 66, p. 852-878, 2016.

PIOLLI, E.; RODRIGUES, D.V. **As mudanças no arcabouço legal e a precarização do trabalho docente no Estado de São Paulo durante o Governo de José Serra – PSDB (2007-2010).** Impulso. Piracicaba, v.27, n.68, p.49-63, jan./abr. 2017.

QEDU. Meritt e Fundação Lemann. **Indicador de Qualidade. Infraestrutura.** Disponível em: <https://www.qedu.org.br>. Acesso em: 10/12/2021.

SABIA, C. P. P.; SORDI, M. R. L.; OSHIWA, M. **Avaliação das Condições Objetivas de Trabalho Docente de uma Diretoria de Ensino Paulista e a Luta pela Qualidade da Escola Pública** In: SORDI; M.R.L.; JURGENSEN, B.D,C,P;; SANTOS, M.H.A. (orgs.) **QUALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS.** 1 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, v.1, p. 319-352

SPAZZIANI, M. L. **Profissão de professor. Cenários, tensões e perspectivas.** Editora Unesp. São Paulo, 2016.